



VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 03/2017

Ao décimo oitavo dia do mês de abril do ano de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e quinze minutos, na Biblioteca Municipal de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente **Miguel Moreira da Costa**, a presidir à Assembleia Municipal, **Alexandre Hermínio Drago Madeira** como Primeiro Secretário, **David Miguel Vasques da Silva** como Segundo Secretário, e os membros eleitos das Bancadas do PSD, PS, CDU e BLOCO DE ESQUERDA, nomeadamente **António Manuel Cipriano Cabrita**, **Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança**, **António José Cardoso Gomes**, **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, **Sandra Cristina Batista Vasques**, **Jorge Manuel dos Santos Pinto**, **Paulo César dos Santos Sousa Rui Daniel de Carvalho Ribeiro**, **Luis Miguel Guerreiro Romão**, **Ricardo Catarino Serrano dos Reis**, **José Roberto Leitão Guerreiro**, **Maria Luisa S. Currito de Oliveira e Castro**, **Rui João Gutierrez Setúbal**, **Vilma Sara Flores Dourado Joaquim Luis Pena Vasques**, **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**, **António Filipe Parra Martins**, **Vanda da Encarnação Matias Fernandes**, **Marco Aurélio Vilanova do Ó** e **José Manuel Camarada Veia** e conforme Edital de 11 de abril de 2017, reuniu em sessão EXTRAORDINÁRIA, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.-----

ABERTURA DA SESSÃO: O 1º Secretário procedeu à chamada. No PSD registou-se a ausência de **José Carlos Costa Barros** que foi substituído por **Vítor Manuel de Figueiredo Fernandes Rosa**, de **Lara Sofia Vairinhos Rosa** substituída por **Sandra Cristina Batista Vasques**, de **Armando José Parra da Silva**, substituído por **Paulo César dos Santos Sousa**, de **Maria da Conceição Freitas Henrique Granado**, substituída por **Rui Daniel de Carvalho Ribeiro** e de **Manuel da Conceição António** substituído por **Ricardo Catarino Serrano dos Reis**. Na bancada do BE, **José Manuel Camarada Veia** substituiu **José Manuel Modesto Dourado**, na bancada do PS, **Ricardo José Madeira Cipriano** foi substituído por **Vilma Sara Flores Dourado**, **Luis Manuel da Rosa Fernandes** foi substituído por **Joaquim Luis Pena Vasques** e

Albertina da Piedade Fernandes Madeira foi substituída por **Rosa Maria Batista Ribeiro Cabrita**. Na bancada da **CDU**, **Luís Manuel Negrão Vargas** foi substituído por **Marco Aurélio Vilanova do Ó**.-----

Verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão.-----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em substituição, deu início ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** e informou da correspondência recebida e enviada por mail para os responsáveis de cada uma das bancadas, nomeadamente: -----

- Mail da Assembleia Municipal de Olhão com a Moção: “Ria Formosa – Não às Demolições, Sim à Requalificação”; -----

- Moção da Assembleia Municipal de Odemira sobre “Prospecção e Exploração de petróleo na Costa Sudoeste do Alentejo e Algarve” e a proposta do mesmo órgão “Pela anulação das licenças e contratos de concessão e prospecção de hidrocarbonetos no Litoral Alentejano e Costa Vicentina”; -----

- Do Grupo parlamentar do PSD, o requerimento apresentado na Assembleia da República “Governo e petróleo no Algarve: qual a orientação?” e as questões colocadas ao Governo sobre o anunciado encerramento da Caixa Geral de Depósitos em Monte Gordo ; -----

- Da AM de Faro, duas Moções, nomeadamente “Reabilitação do Parque de Campismo da praia de Faro e denúncia do protocolo de comodato do espaço, instalações e equipamentos em vigor” e “Por uma ponte nova para a Praia de Faro, por uma nova e melhor acessibilidade”; -----

- Do Grupo Parlamentar do PCP, e-mail questionando o Governo sobre o anunciado encerramento da Caixa Geral de Depósitos em Monte Gordo e dois e-mails com as respostas do Governo às questões colocadas por este Grupo Parlamentar, nomeadamente: -----

. Sobre os problemas nos serviços de ortopedia do Centro Hospitalar de Faro e sobre a demolição dos apoios de praia e construção de novos em Monte Gordo; -----

- Moção da EMEF de Vila Real de Santo António apresentada ao Governo. -----

Deu ainda conhecimento dos processos remetidos pela Câmara Municipal a esta Assembleia, para conhecimento, de documentos cujas cópias foram distribuídas pelas bancadas, nomeadamente: -----

- **CONTRATAÇÃO DE PLATAFORMA ELETRÓNICA DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A VRSA, SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA, EM, SA;** -----

- CONCURSO PÚBLICO PARA FORNECIMENTO DE GÁS A DIVERSAS INSTALAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO. -----

2. REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2016; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em reunião de câmara de 28 de março, com as abstenções dos Vereadores Célia Paz e José Barão e o voto contra do Vereador Álvaro Leal.--- Colocada a votação, a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra dos membros das bancadas **CDU** e do **BE** e a abstenção da bancada do **PS**. -----

O **BE** leu e entregou Declaração de Voto. -----

3. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO PARA O ANO DE 2017; -----

4. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE MONTE GORDO PARA O ANO DE 2017;-----

5. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE CACELA PARA O ANO DE 2017; -----

Presentes as propostas da Vice-Presidente da Câmara Municipal, aprovadas por **MAIORIA** em reunião de câmara de 11 de abril, com as abstenções dos Vereadores Célia Paz e José Barão e o voto contra do Vereador Álvaro Leal. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal**, em substituição, propôs que os assuntos 3,4 e 5 fossem discutidos e votados em conjunto. Havendo aprovação unânime, passou-se à discussão. -----

Interveio **Luis Miguel Guerreiro Romão, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António** que afirmou que o protocolo é idêntico ao do ano transato com a alteração do serviço de limpeza na Praia de Santo António que transitou para uma empresa privada, que os valores mantêm-se e que enquanto Presidente garante que se manterá a capacidade de intervenção da freguesia. Acrescentou ainda que a Junta está em sintonia com a Câmara e que o mais importante é continuar a intervir na freguesia mantendo os postos de trabalho. --

José Roberto Leitão Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela frisou que o protocolo deveria ter sido aprovado há mais tempo e que sempre se substituiu à autarquia independentemente da transferência de competências. Acrescentou estar disponível para continuar a fazer aquilo que um autarca deve fazer. -----

Ricardo Catarino Serrano dos Reis, em representação da Junta de Freguesia de Monte Gordo concordou com o anteriormente referido e acrescentou que o executivo da Junta de

Monte Gordo espera continuar a cumprir da melhor forma o trabalho em prol daquela freguesia. -----

Maria Luisa Currito de Oliveira e Castro disse que a bancada do PS irá manter a posição de abstenção tomada na Câmara Municipal já que gostaria que o valor atribuído fosse superior.-

José Manuel Camarada Veia considerou que as verbas a atribuir não são as adequadas para que as Juntas levem à prática os trabalhos a executar. -----

António Filipe Parra Martins sublinhou que a votação da bancada da CDU será idêntica à do ano transato tendo em conta não terem existido grandes alterações e que a descentralização cada vez é maior já que a limpeza da praia será entregue a uma empresa, o que a CDU não considera positivo. -----

A bancada da **CDU** fez a seguinte declaração: *“A CDU tem vindo a chamar a atenção para o facto da política do PSD em relação à descentralização de competências para a freguesia do concelho não dar cumprimento ao estabelecido na recente legislação sobre transferência de competências e os respetivos meios financeiros, ficando muito aquém daquilo que seria desejável para dar às freguesias na participação mais ativa na vida das comunidades e no cumprimento do seu papel de agentes autárquicos mais próximos das populações. As verbas que serão transferidas continuam a ser exíguas ou ridículas. Esta tarefa da minimização das freguesias é também aceite de forma seguidista pelos senhores Presidentes de Junta, todos eles PSD, que aceitam sem resistência a política municipal. A CDU não concorda com este tratamento de segunda categoria imposto pelo PSD e aceite pelos Presidentes de Junta e por isso votamos contra.* -----

António Manuel Cipriano Cabrita sublinhou notar-se cada vez mais a grande necessidade de revisão das leis que regem as questões das autarquias e que esta é uma manifesta situação da existência de mais do que uma entidade a gerir as mesmas zonas do território. Afirmou que seria mais lógico e simples que cada freguesia tivesse alguém que a gerisse com as verbas definidas e atribuídas o que seria ganhar em termos de qualidade e gestão do território. Referiu ainda que as leis que regem as autarquias são iguais desde 1976 e precisam de ser atualizadas. -----

Luis Miguel Guerreiro Romão reforçou que defende há bastante tempo as mesmas questões para as Juntas e que quem o acompanha conhece essa postura, e acrescentou: *“Continuo a achar que as Juntas podem e devem ser os principais auxiliares da ação da Câmara Municipal. As juntas têm a capacidade de aliviar o trabalho da autarquia se tiverem meios. Negociamo-los com a Câmara Municipal e compreendemos que há limitações.*

Independentemente das verbas atribuídas continuamos a trabalhar e a lutar pelos nossos trabalhadores. A Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António tem crescido imenso nos últimos anos e isso deve-se à nossa capacidade de trabalho e às parcerias com a autarquia e com a SGU. Apesar das verbas serem menos que há oito anos, são bem maiores que há uns anos. O Governo está atualmente a preparar uma lei que delega competências nas juntas, sem passarem pelas Câmaras, o que prova que chegaram à conclusão que as Juntas têm capacidades.” -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança opinou que o tema da descentralização é transversal a todos os partidos e é merecedor de uma reflexão e que concorda que, tal como no Governo Central, os Governos locais deveriam sair de uma Assembleia Municipal. Disse ainda que, na sua opinião, desde há uns anos, há cada vez mais afastamento entre as pessoas e a política, independentemente dos partidos, principalmente para os jovens. -----

Vanda da Encarnação Matias Fernandes referiu que contrariamente àquilo que foi dito existe a lei 75/2013, lei que especifica que a transferência de competência deve ser feita por contrato no início de cada ano e que as verbas devem posteriormente ser entregues. Opinou que as Juntas não devem ser os auxiliares das Câmara Municipais. -----

Vítor Manuel Fernandes Figueiredo Rosa sublinhou: *“Este é um problema transversal. Estas situações acontecem em todas as autarquias e as leis têm de ser aplicáveis às realidades. Em VRSA tentamos gerir da melhor forma e, entre todos, temos de encontrar soluções para que as leis sejam aplicadas”*. -----

Luis Miguel Guerreiro Romão adiantou que a Lei referida pela deputada **Vanda Fernandes** refere-se às competências das Juntas, nomeadamente em relação aos parques infantis, sobre os quais foi publicada uma adenda que refere que as Juntas só se poderão comprometer com os equipamentos da freguesia, e que essa delegação de competências só funciona em Lisboa, não no Algarve. Acrescentou ainda: *“A Junta de Freguesia tem de trabalhar em parceria com a Câmara Municipal, o resto é retórica de quem não percebe a ação de uma Junta no dia-a-dia”*. -----

Colocadas a votação, as propostas foram aprovadas por **MAIORIA** com a abstenção dos membros da bancada do **PS** e os votos contra das bancadas da **CDU** e do **BE**. -----

O **BE** leu e entregou Declarações de Voto para cada um dos pontos. -----

6. TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA PARA A VRSA SOCIEDADE DE GESTÃO URBANA EM SA PARA REPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO DO COMPLEXO DESPORTIVO VRSA; - Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, aprovada por **MAIORIA** em

reunião de câmara de 11 de abril, com os votos contra dos Vereadores Célia Paz, José Barão e Álvaro Leal.-----

Rui João Gutierrez Setúbal perguntou quais seriam as consequências para a SGU a nível de continuidade e empregabilidade se esta proposta não fosse aprovada e não houvesse transferência de verbas, e afirmou que a resposta poderá fazer a diferença na posição política que a bancada do PS tomará a seguir. -----

António Manuel Cipriano Cabrita ressaltou que o Complexo Desportivo é um equipamento que tem servido essencialmente a população, que dificilmente gere fundos suficientes e será autossustentável, que a utilização que é feita do Complexo pelos clubes locais só os beneficia e que sem este apoio seria impossível a sobrevivência dos mesmos. Disse ainda que a empresa municipal, de acordo com a lei em vigor, tem de chegar ao final do ano com as contas certas, estando em causa neste caso, o pagamento da utilização pelas entidades que não têm condições de pagar, e acrescentou: *“Há um custo que é suportado pelas contas municipais que permite ao concelho e às entidades privadas de VRSA realizarem receitas suficientes que lhes permitam manter os postos de trabalho. Neste caso é a Empresa Municipal que gere o Complexo Desportivo ser a entidade facilitadora para a utilização daquele espaço pelos clubes”*. -----

Carlos Manuel Fernandes de Almeida Lança referiu que nos estágios por parte dos atletas estrangeiros há uma utilização anual superior a 5000 atletas o que corresponde a mais de 50.000 utilizações e ao mesmo número de dormidas e a cerca de 1 milhão e meio de euros que fica no concelho. Opinou ainda que o Complexo Desportivo tem de ser deficitário porque dos estágios para atletas estrangeiros existe uma vertente enorme de apoio aos clubes, às famílias locais, aos hoteleiros e similares e à economia local. -----

José Manuel Camarada Veia afirmou que o BE não vem votar o que o deputado Carlos Lança diz mas sim o que é referido no documento e que nos mesmos não há justificação palpável para pôr à disposição do Complexo Desportivo o valor de 1 milhão e 600 mil euros.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que para que os clubes e a população pratiquem desporto e possam disfrutar do Complexo Desportivo existe um investimento de 850 mil euros e que somando os gastos com luz, gás e água, essencialmente das piscinas municipais, ascende a 1 milhão de euros. Opinou ainda que existem duas perspetivas, a comercial e a social e que qualquer executivo não poderá nunca contestar que o Complexo Desportivo é uma obra que beneficia muito a população e que não poderá nunca dar lucro tendo em conta a vertente social. Disse também que atualmente estão a ser feitos alguns

investimentos como a mudança da cobertura do Pavilhão Ilídio Setúbal, foi feita a iluminação natural e o *retopping* da pista de tartan, entre outros e que apesar dos gastos com aquele espaço serem grandes, existe a parte positiva que é o aumento de modalidades desportivas como o Triatlo e a Natação e o aumento de praticantes de desporto. Terminou afirmando que a farmácia e a clínica deram maior dignidade ao Complexo e que o novo Hotel irá ser uma mais-valia para a qualidade daquele espaço. -----

Rui João Gutierres Setúbal pediu de novo a palavra para dizer que quanto ao Complexo Desportivo não dar lucro é uma consciência que todos têm, que os executivos do PS e da CDU estiveram presentes na construção do Complexo e que o que pretendiam saber é se a não execução deste reequilíbrio financeiro poria em causa a sustentabilidade da SGU e por conseguinte a empregabilidade, e acrescentou: *“Uma vez que esta continuidade da SGU e dos trabalhadores não está em causa é mais fácil decidir o voto. Sabemos que o Complexo Desportivo vai apresentar sempre défice, não sabemos é o valor real do mesmo porque anexo ao documento para análise não existe qualquer documento numérico que nos permita aferir os valores. A razão do nosso voto contra é a falta de informação e a falta de resposta às nossas perguntas”*. -----

António Manuel Cipriano Cabrita dirigiu-se ao deputado Rui Setúbal para dizer que o mesmo deveria ter humildade quando faz certas afirmações porque conclui sempre que os membros do PSD são vigaristas e aldrabões. -----

Rui João Gutierres Setúbal solicitou que ficasse registado em Ata que as afirmações anteriores não correspondem àquilo que disse, uma vez que não chamou nomes a ninguém. Colocada a votação a proposta foi aprovada por **MAIORIA** com os votos contra das bancadas do **PS**, **CDU** e **BE**. -----

A bancada do **BE** leu e entregou uma Declarações de Voto. -----

A bancada da **CDU** leu a seguinte Declaração de Voto: *“A CDU não concorda com a transferência financeira que aqui está a ser discutida em virtude das competências que sistematicamente têm sido passadas para a SGU. Todos nós concordamos que o Complexo Desportivo não pode dar lucro mas também não pode dar prejuízos. Neste momento, dado a rotura financeira da Câmara, podia ser gerido doutra forma e não deveria ser a SGU a fazer esta gestão. Quem inventou o reequilíbrio económico e financeiro do Complexo Desportivo foi o PSD com as suas maiorias absolutas e afastou as instalações desportivas do princípio para que foram criadas - servir o desporto para todos, criar uma estrutura de apoio ao turismo dadas as condições e características climatéricas do concelho e receber retorno financeiro*

direto nos cofres da autarquia por via da hotelaria, restauração e comércio da cidade de forma a atenuar os custos. Esta proposta está mal elaborada. Não reconhecemos o Complexo Desportivo como uma empresa que necessita de reequilíbrio financeiro. Quem precisa desse reequilíbrio é a SGU. Que se passe a gestão do Complexo Desportivo para a autarquia para que coloque um ponto final neste tipo minucioso de gestão financeira". -----

Passou-se ao período de intervenção do público registando-se a intervenção do munícipe **José Domingos** que opinou que as questões sobre o estacionamento devem ser públicas. Perguntou ao Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova de Cacela se este ano serão instalados parquímetros na Manta Rota e perguntou ainda se vão instalar mais nos jardins de Monte Gordo. Disse ainda que os parques infantis necessitam de reparações, que as árvores frente à Capitania foram mal cortadas e que dentro da escola de Monte Gordo há pedras arrancadas. Colocou ainda a seguinte questão: *"A candidata São Cabrita vai continuar com os parquímetros ou se não concorda com os mesmos?" -----*

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** afirmou que na freguesia de Vila Nova de Cacela não vão ser colocados parquímetros. Disse também que diariamente chegam à autarquia cerca de uma dezena de pedidos de reparações das escolas do concelho, de todos os ciclos, apesar de a Câmara não ter competências no 2.º e 3.º ciclo, e acrescentou: *" Cabe às escolas informar a Câmara Municipal para que as reparações sejam feitas. Se há local onde nós temos muito cuidado é nas escolas onde estamos a falar de crianças e onde não se faz política. Disse ainda que está a responder às questões enquanto Vice-Presidente da Câmara e não enquanto candidata. -----*

E de tudo, para constar, se lavrou esta Ata sob forma de minuta que vai ser submetida a votação e que refere o texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta. -----

A Minuta da Ata foi colocada a votação, sendo a mesma aprovada por **UNANIMIDADE**. -----

Não havendo mais nada a tratar, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por encerrada a sessão, pelas 22 horas e 30 minutos. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Primeiro Secretário,

(Miguel Moreira da Costa)

(Alexandre Hermínio Drago Madeira)



DECLARAÇÃO DE VOTO
Revisão ao Orçamento Municipal de 2016

Acusado

O valor do empréstimo do F.A.M. não poderia entrar como "receita de capitais" pois era um empréstimo.

Deveria ter sido criada uma rubrica em despesa e nunca em receitas. Se não estava contratualizado não deveria ter entrado no orçamento até à concretização da contratualização.

Isto sem dúvida altera o orçamento, principalmente, no que respeita ao passivo real para este orçamento e às receitas, irreais do mesmo.

O Bloco de Esquerda não concorda com este tipo contabilidade pois a mesma não revela a verdadeira extensão da dívida nem apresenta as receitas reais.

Por este motivo o Bloco de Esquerda vota contra.

Bloco de Esquerda
18 de Abril de 2017
Vila Real de Santo António



Luís

DECLARAÇÃO DE VOTO
Protocolo de delegação de competências do
Município de Vila Real de Santo António na Freguesia de
Vila Real de Santo António para o ano de 2017

O Bloco de Esquerda não considera esta delegação de competências nem justa nem adequada.

Não se pode exigir a um órgão autárquico competências de manutenção e reparação de equipamentos escolares ou divulgação cultural sem que todos os recursos, materiais, humanos e financeiros sejam adequados.

Esta delegação de competência deixa a Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António totalmente dependente da Câmara Municipal, através de um processo burocrático lento e sem garantias, tomando a função da Junta de Freguesia quase irrelevante.

Consideramos que uma verdadeira delegação de competências deve comportar não só as obrigações mas também os meios para que as mesmas obrigações sejam cumpridas com eficácia e autonomia.

Por todos estes motivos o Bloco Esquerda vota contra.

Bloco de Esquerda
18 de Abril de 2017
Vila Real de Santo António



Bloco de Esquerda – Vila Real de Santo António

Pontos 3, 4 e 5



DECLARAÇÃO DE VOTO

Transferência financeira para a VRSA Sociedade de Gestão Urbana SA
Para reposição do equilíbrio económico-financeiro
do complexo desportivo VRSA

incluir

Considerando o relatório de avaliação económico do Complexo Desportivo de Vila Real de Santo António, elaborado pela Cascais e Rodrigues, SROC, Lda., em novembro de 2008, a única despesa a suportar seriam os gastos com publicidade, que segundo a previsão seriam de 178 297,09€.

No entanto a despesa, em 2016, ascende a 2 114 086,85€.

Põe-se a questão:

O relatório foi mal elaborado por erro ou prevendo já uma possível indemnização por parte do acionista?

É também referido que os preços praticados estão abaixo do recomendado pela Lei das Finanças Locais, em nome da promoção da coesão económica e social.

Põe-se novamente a questão:

Onde fica a coesão económica e social do município quando os recursos do mesmo acabam em indemnizações compensatórias à sociedade gestora do mesmo Complexo Desportivo, deixando as contas da autarquia com menos 1 658 165,14€?

Se as previsões do relatório não eram corretas e se os preços estão abaixo do que deveriam ser, então todo o processo está desadequado e deveria ser revisto.

De futuro, que garantias tem o acionista de não ter de desembolsar nova indemnização compensatória à sociedade gestora do Complexo Desportivo?

Não estando todas as questões esclarecidas e por não concordar com este processo o Bloco Esquerda vota contra.

Bloco de Esquerda
18 de Abril de 2017
Vila Real de Santo António

Bloco de Esquerda – Vila Real de Santo António



Ponto 6

